

**MENSAGEM DE LEI Nº. 75/2015****Maringá, 28 de setembro de 2015.**

Exmo. Senhor Presidente:

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências a anexa proposta de lei que contempla assuntos de destacada importância, que é a alteração de dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Maringá, como passo para implementação da melhoria dos serviços públicos municipais, em especial da coleta de lixo domiciliar, com a valorização dos servidores públicos envolvidos.

Esclareço que acompanha a inclusa mensagem os demonstrativos de impacto financeiro, em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta, Excelências, é a matéria e suas razões, contidas no anexo projeto de lei, o qual solicitamos, nos termos do art. 30 da Lei Orgânica do Município de Maringá, digne essa Casa de Leis apreciar em regime de urgência, dada sua relevância e importância, a fim de que tais alterações possam ser implementadas com urgência para efetivar a melhoria dos serviços de coleta de lixo domiciliar.

Na ausência de outro particular, colhemos o ensejo para reiterar a Vossas Excelências protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
Carlos Roberto Pupin  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
FRANCISCO GOMES DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Maringá  
NESTA



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 1.557/2015**

Autor: Poder Executivo

Altera a redação de dispositivos da Lei Complementar n.º 239/98 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maringá e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte:

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º.** Fica alterada a alínea “a” do inciso I, o inciso II e o § 3º do artigo 100-D da Lei Complementar n.º 239/98, passando a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 100-D. (...)**

**I - (...)**

**a)** 80% do vencimento inicial do respectivo cargo para a atividade de coleta de lixo domiciliar. (NR)

**II -** aos ocupantes do cargo efetivo de Motorista que estejam desenvolvendo a atividade na coleta de lixo domiciliar, no percentual de 60% do vencimento inicial do respectivo cargo. (NR)

**§ 3.º** A gratificação de que trata este artigo somente será paga aos servidores que não tiverem falta injustificada durante o mês. (NR)

**Art. 2º.** Os servidores designados para coleta de lixo domiciliar poderão ter jornada diária de trabalho diferenciada, conforme regulamentação específica, respeitada a jornada semanal de 40 horas.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Paço Municipal Silvio Magalhães Barros**, 28 de setembro de 2015.

  
**Carlos Roberto Pupin**  
**Prefeito Municipal**



## **LEI COMPLEMENTAR Nº. 239/98**

**Autor: Poder Executivo.**

**Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Funcionários Públicos do Município de Maringá, Estado do Paraná.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:**

### **LEI COMPLEMENTAR:**

#### **TÍTULO I**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Seção I Do Regime Jurídico**

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Funcionários Públicos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Maringá.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, funcionários são os legalmente investidos em cargos públicos, de provimento efetivo ou em comissão.

**Art. 3º.** Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometido a um funcionário.

**Parágrafo único.** Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos.

**Art. 4º.** É proibido o exercício gratuito de cargos públicos, salvo nos casos previstos em lei.



## **LEI COMPLEMENTAR N. 972.**

**Autor: Poder Executivo.**

**Altera a redação de dispositivos da Lei Complementar n. 239/98 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maringá e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte**

### **LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1.º Ficam acrescidos os §§ 3.º e 4.º no artigo 58 da Lei Complementar n. 239/98, com a seguinte redação:**

**“§ 3.º A revisão geral anual de vencimento será concedida igualmente a todos os servidores municipais, tendo como data base o mês de março de cada ano, utilizando-se como base mínima o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.**

**“§ 4.º Os reajustes de vencimento poderão ser concedidos a qualquer tempo.”**

**Art. 2.º Ficam acrescidos os seguintes incisos e parágrafos no artigo 75 da Lei Complementar n. 239/98, com a seguinte redação:**

**“(…”**

**XI – Gratificação de responsabilidade técnica;**

**XII – Gratificação por local de serviço;**

**XIII – Gratificação de atividade específica;**

**XIV – Gratificação por atividade em tecnologia;**

**XV – Gratificação de atividade de risco;**

8

1



§ 2.º A Gratificação de que trata este artigo será concedida pelo Secretário de Recursos Humanos, devendo ser ratificada pelo Chefe do Executivo, mediante parecer favorável da comissão prevista no parágrafo anterior.

§ 3.º A solicitação de pagamento da Gratificação de que trata este artigo será encaminhada pelo Secretário da pasta a que o servidor pertencer para análise da comissão permanente, e deverá conter a matrícula, o nome e o cargo do servidor, bem como a descrição das atividades consideradas encargos especiais e a justificativa de sua realização, responsabilizando-se civil, penal e administrativamente a autoridade pelas informações.

§ 4.º A gratificação de que trata o *caput*, paga sempre sobre o vencimento do primeiro nível do respectivo cargo, será concedida nos seguintes percentuais:

- I – 25% para encargos de baixa complexidade e/ou responsabilidade;
- II – 50% para encargos de média complexidade e/ou responsabilidade;
- III – 75% para encargos de alta complexidade e/ou responsabilidade;
- IV – 100% para encargos de altíssima complexidade e/ou responsabilidade;"

239/98:

**Art. 4.º Ficam criados os seguintes artigos na Lei Complementar n.**



Subseção XI  
Da Gratificação de Responsabilidade Técnica

**Art. 100-B.** A gratificação de responsabilidade técnica, fixada sempre sobre o vencimento inicial do respectivo cargo, será concedida aos servidores efetivos ocupantes dos seguintes cargos e nos seguintes percentuais:

- I – 50% do vencimento inicial do respectivo cargo ao ocupante do cargo efetivo de Técnico em Geomensura;
- II – 100% do vencimento inicial do respectivo cargo ao ocupante do cargo efetivo de Arquiteto;
- III – 100% do vencimento inicial do respectivo cargo ao ocupante dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Alimentos, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico e Engenheiro Sanitarista;

§ 1.º Somente será concedida a gratificação de que trata o *caput* deste artigo aos servidores que estejam exercendo as funções típicas dos cargos efetivos relacionados nos incisos anteriores junto a Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal, devendo a chefia imediata do

3



servidor comunicar imediatamente a Secretaria de Recursos Humanos na hipótese de o servidor deixar de desenvolver atividades típicas dos cargos efetivos previstos neste artigo, para fim de suspender o pagamento da Gratificação, sob pena de responsabilidade da chefia.

§ 2.º A percepção da gratificação de que trata este artigo não será cumulativa com a gratificação prevista no inciso I, IV, X, XII, XIII, XIV e XV do artigo 75 desta Lei.

§ 3.º A percepção da gratificação de que trata este artigo poderá ser cumulada com a gratificação de encargos de direção e chefia prevista no inciso II do artigo 75 desta Lei, desde que os encargos sejam desenvolvidos na área específica de atuação do cargo efetivo.

#### Subseção XII

##### Da gratificação por local de serviço

**Art. 100-C.** Será concedida gratificação por local de serviço aos servidores detentores de cargo efetivo que atuem no Hospital Municipal, nas Residências Terapêuticas, no Abrigo Provisório Municipal e nas Unidades de Pronto Atendimento, zona norte e zona sul.

§ 1.º A gratificação por local de serviço será calculada no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento inicial do respectivo cargo.

§ 2.º Só terá direito à percepção da Gratificação enquanto o servidor permanecer lotado nos locais definidos no *caput* deste artigo, devendo a chefia imediata do servidor comunicar imediatamente a Secretaria de Recursos Humanos na hipótese de o servidor deixar de desenvolver atividades nos locais definidos no *caput* deste artigo, para fim de suspender o pagamento da Gratificação, sob pena de responsabilidade da chefia.

§ 3.º A gratificação por local de serviço não se incorpora aos proventos de aposentadoria, nem servirá de base de cálculo para a contribuição previdenciária.

§ 4.º A percepção da gratificação de que trata este artigo não será cumulativa com a gratificação prevista nos incisos I, X, XI, XIII, XIV e XV do artigo 75 desta Lei.

#### Subseção XIII

##### Da Gratificação de Atividade Específica

**Art. 100-D.** A gratificação de atividade específica, fixada sempre sobre o vencimento inicial do respectivo cargo, será concedida aos servidores efetivos ocupantes dos seguintes cargos que estejam desenvolvendo as seguintes atividades e nos seguintes percentuais:

S K A





I – os ocupantes do cargo efetivo de Auxiliar Operacional que estejam exercendo as seguintes atividades:

a) 40% do vencimento inicial do respectivo cargo para a atividade de Coleta de Lixo;

b) 40% do vencimento inicial do respectivo cargo para a atividade de Coveiro;

c) 20% do vencimento inicial do respectivo cargo para a atividade de auxiliar de agrimensura;

d) 13% do vencimento inicial do respectivo cargo para a atividade de Cozinheiro, Merendeiro e/ou Lactarista;

e) 10% do vencimento inicial do respectivo cargo para a atividade de Operador de máquina costal e/ou podador.

II – aos ocupantes do cargo efetivo de Motorista que estejam desenvolvendo a atividade na Coleta de Lixo, no percentual de 30% do vencimento inicial do respectivo cargo.

§ 1.º Somente será concedida a gratificação de que trata este artigo aos servidores ocupantes do cargo efetivo previsto no *caput* que estejam exercendo as atividades previstas nos incisos anteriores junto à Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal, devendo a chefia imediata do servidor comunicar imediatamente a Secretaria de Recursos Humanos na hipótese de o servidor deixar de desenvolver as atividades previstas neste artigo, para fim de suspender o pagamento da Gratificação, sob pena de responsabilidade da chefia.

§ 2.º Os requisitos e a forma para designação dos servidores que atuarão nas atividades definidas nos incisos do *caput* serão definidos através de regulamentação específica do Poder Executivo.

§ 3.º A gratificação de que trata este artigo somente será paga aos servidores que não tiverem mais de 2 (duas) faltas sem justificativa durante o mês.

§ 4.º A percepção da gratificação de que trata este artigo não será cumulativa com a gratificação prevista no inciso I, IV, X, XI, XII, XIV e XV do artigo 75 desta Lei.

#### Subseção XIII Da Gratificação de Atividade em tecnologia

Art. 100-E. A gratificação de atividade em tecnologia, fixada sempre sobre o vencimento inicial do respectivo cargo, será concedida aos servidores